



## ATA DE REUNIÃO

1  
2 Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta  
3 minutos, na sede da autarquia RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério, nº. 3553  
4 (Centro), em cumprimento ao que estabelece a Lei Complementar 139/2001, reuniu-se o  
5 Conselho Fiscal, composto pelos *Membros*: Luis Carlos de Queiroz Pereira Calças, José dos  
6 Santos Filho, José Antônio Vieira, Carlos Alberto Martinelli e Maria Inês Spinelli Arantes.  
7 Participou também da reunião a Superintendente da entidade, Emília Maria Martins de Toledo  
8 Leme. A reunião teve como pauta: **I – Abertura dos Trabalhos: 1.1) Verificação do**  
9 **quórum de maioria absoluta; 1.2) Comunicações do Coordenador do Conselho Fiscal;**  
10 **1.3) Palavra dos Conselheiros Fiscais; II – Ordem da Pauta do Dia: 2.1) Aprovação da**  
11 **Ata da Reunião Anterior; 2.2) Exame do Balanço e das contas do ano de 2015, com**  
12 **emissão de parecer; 2.3) Aprovação da Ata da Reunião atual.** O Coordenador do  
13 Conselho Fiscal, José Antônio Vieira, dá abertura aos trabalhos, com a constatação do  
14 quórum de maioria absoluta. Os membros não utilizaram a palavra. A superintendente dá as  
15 boas vindas aos presentes. Informa que, conforme foi anunciado na reunião anterior, as  
16 demonstrações contábeis do exercício de 2015 foram submetidas a processo de auditoria  
17 externa independente. A superintendente solicita que o relatório circunstanciado da auditoria  
18 seja anexado a ata, para que faça parte integrante desta. Os conselheiros aprovam, por  
19 unanimidade, a solicitação de anexação do relatório. A superintendente destaca ainda a  
20 presença do senhor Alfeu de Melo, auditor da Empresa Melo & Melo Auditores  
21 Independentes, que realizou a auditoria nas contas de 2015, ressaltando que o mesmo está à  
22 disposição dos conselheiros para eventuais esclarecimentos. Dando início aos trabalhos do  
23 dia, foi aprovada e assinada a ata da reunião anterior. O senhor Alfeu de Melo fez a  
24 apresentação do relatório circunstanciado da auditoria e do relatório de opinião, que  
25 concluíram pela correção das demonstrações contábeis do exercício de 2015, sem ressalvas. O  
26 Analista Contábil da entidade, Hélio Antunes Rodrigues, fez a apresentação do balanço anual  
27 do exercício de 2015 e das demais peças contábeis (que foram encaminhadas antecipadamente  
28 aos pares). Os conselheiros debateram sobre as informações apresentadas e, por unanimidade,  
29 votaram pela **correção das demonstrações contábeis apresentadas, declarando aprovadas**  
30 **as contas do exercício de 2015, sem ressalvas. Em seguida, determinaram a expedição do**  
31 **Parecer.** Para constar, eu Adriano Antonio Pazianoto, \_\_\_\_\_, lavrei a  
32 presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por mim assinada e por todos os  
33 presentes.  
34  
35

  
Carlos Alberto Martinelli

  
José dos Santos Filho

  
Maria Inês Spinelli Arantes

  
José Antônio Vieira

  
Luis Carlos de Queiroz Pereira Calças





**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO JOSÉ DO  
RIO PRETO – RIOPRETOPREV  
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ESTADO DE SÃO PAULO**

**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2015**

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**  
Rua Capitão Souza Franco, 848 – 5º Andar – conjunto 53  
Fone (41) 3029-8516 – Fone (41) 9524-1414  
E-mail: [meloauditor@hotmail.com](mailto:meloauditor@hotmail.com) - <http://www.atuarios.com.br> - 80730-420 - CURITIBA - PR

*[Handwritten signatures in blue ink]*



**MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**

RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 - CONJUNTO 53 - E-mail:

meloauditor@hotmail.com - CEP 80730-430 - CURITIBA-PR,

FONES (41) 3029-8516 - (41) 9524-1414

CURITIBA-PR, 08 DE MARÇO DE 2016

**AOS ADMINISTRADORES DO  
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO –  
RIOPRETOPREV  
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP**

Prezados senhores:

Estamos encaminhando **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ENTIDADE, CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 2015**, em atendimento ao constante do nosso contrato de prestação de serviços de auditoria independente, sendo o relatório de circulação interna, por sua própria natureza.

Esclarecemos que o competente **RELATÓRIO DE OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**, em atendimento às normas contábeis vigentes, emitido na mesma data, será o documento a ser divulgado, juntamente com as peças contábeis elaboradas pela administração.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES

Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião, sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos, e foram observados os princípios das normas brasileiras de contabilidade e normas de auditoria independente das demonstrações contábeis.

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os procedimentos de controle interno, estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento por parte dos funcionários da entidade.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, e, foram divididos em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

Os procedimentos de auditoria foram realizados através de provas seletivas, testes e amostragens, em razão da complexidade e volume das operações, na amplitude que julgamos necessário nas circunstâncias.

Na aplicação dos testes de observância, efetuamos diversas verificações e conferências, com os cálculos que julgamos necessários, para comprovar as operações.

Na aplicação dos testes substantivos, foi possível comprovar que os direitos e obrigações constantes do balanço patrimonial, encontravam-se exatos na data do encerramento do balanço, as transações efetuadas foram devidamente registradas, sendo que os registros não apresentavam qualquer irregularidade, além do cumprimento das Normas Técnicas de Contabilidade e da legislação pertinente.

Quando da aplicação dos procedimentos de revisão analítica, foi possível comprovar que os procedimentos contábeis da entidade, são confiáveis, funcionando perfeitamente os seus controles internos, sem nenhuma ressalva.

Após todos os testes e estudos efetuados, podemos afirmar que os controles internos da entidade estão em perfeita ordem contábil e legal, sendo desnecessária qualquer ressalva.

Entendemos também, que todas as normas legais em vigor, foram devidamente atendidas durante o exercício auditado, em seus aspectos legais e regulamentares.

### 1 – ATENDIMENTO NORMAS DO MPAS

A entidade deve cumprir normas determinadas pelo MPAS, para os regimes próprios de previdência.

As exigências e controles são inúmeros, e demandam grande trabalho a ser desenvolvido pelas entidades obrigadas ao cumprimento da legislação.

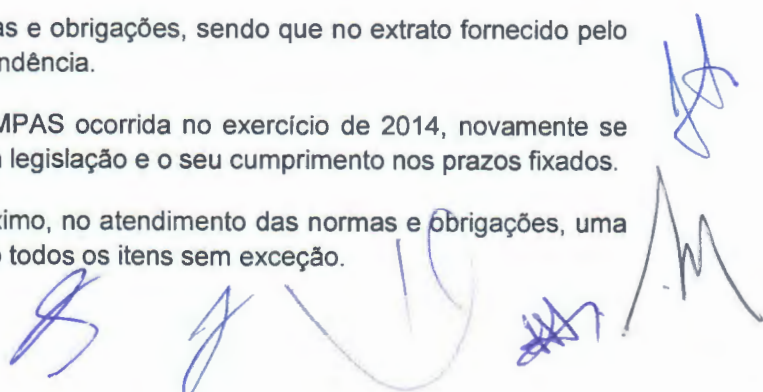
As informações enviadas abrangem praticamente todas as áreas de atividade da entidade, e devem ser cumpridas em prazos determinados para cada uma delas, sob pena de suspensão da emissão do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.

Para se ter uma ideia da quantidade de informações, pode-se afirmar que representam mais de 30 itens.

O RIOPRETOPREV, cumpriu todas as exigências e obrigações, sendo que no extrato fornecido pelo MPAS não consta nenhuma irregularidade ou pendência.

A completa regularidade da entidade junto ao MPAS ocorrida no exercício de 2014, novamente se repete em 2015, demonstrando conhecimento da legislação e o seu cumprimento nos prazos fixados.

Entendemos que a entidade foi eficiente ao máximo, no atendimento das normas e obrigações, uma vez que é raro uma entidade que tenha cumprido todos os itens sem exceção.



MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**2 – AVALIAÇÃO ATUARIAL**

A avaliação atuarial do plano de previdência dos servidores municipais, tem sido feita regularmente, uma vez ao ano, conforme exigência legal, sendo que os resultados encontrados, foram contabilizados nas contas respectivas.

A última avaliação atuarial contabilizada, foi realizada em 31 de dezembro de 2014, utilizando dados de 30 de novembro de 2014.

Nos primeiros meses de 2016, estará concluída a nova avaliação atuarial, com os dados do exercício de 2015.

O Déficit Técnico Atuarial apontado na Avaliação Atuarial de 31/12/2014, devidamente contabilizada, foi equacionado com os seguintes prazos, conforme lei.

Lei nº 396 de 22 de novembro de 2013, onde estão dispostas as seguintes alíquotas:

EXERCÍCIOS	ALÍQUOTA
2014	2,09%
2015	6,29%
2016	6,29%
2017	11,79%
2018	17,79%
2019	22,79%
2020	27,79%
2021	32,79%
De 2022 a 2047	40,16%

**3 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AO FLUXO FINANCEIRO DE INVESTIMENTOS REALIZADOS NO MERCADO FINANCEIRO**

Os procedimentos contábeis, com relação aos fluxos financeiros de investimentos realizados no mercado financeiro, são confiáveis e representam adequadamente a movimentação ocorrida.

Todos os procedimentos são fundamentados em documentação e informações hábeis, sem nenhuma espécie de ressalva.

Entendemos que todos os procedimentos necessários foram adotados e mantidos em perfeita ordem.

**4 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AOS REGISTROS DAS RESERVAS MATEMÁTICAS APURADAS NO CALCULO ATUARIAL**

Os valores das reservas matemáticas foram obtidos a partir dos estudos atuariais, assinados por Atuário, devidamente registrado no IBA- Instituto Brasileiro de Atuária, estando com sua situação regular perante o órgão.

Os procedimentos contábeis foram efetuados de conformidade com as normas contábeis vigentes, e determinações do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, e constam de seus registros.

**5 – CONTROLES INTERNOS**

A entidade possui um corpo de funcionários envolvidos com o cumprimento de suas obrigações funcionais, agindo em defesa da entidade.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES

Todo o procedimento quer sejam de atendimento ao público em geral, quer seja no setor de compras e licitações, é procedido das medidas exigíveis pela legislação e que atendem aos interesses da entidade.

Os pagamentos somente são efetuados, no estrito cumprimento da legislação, principalmente quanto às autorizações, empenho prévio, documento hábil, liquidação do empenho e o pagamento por tesouraria.

Os pagamentos são efetuados em sua quase totalidade, por meio de entidades bancárias, o que garante uma maior segurança.

O fluxo de documentos e informações segue andamento normal, no atendimento da legislação vigente.

Entendemos que os controles internos são eficientes e não necessitam nenhum reparo.

**6 - ROTINAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS E REGISTROS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6404/76, Lei 4.320/64, Lei 12.101/09 e Decreto nº 8.242 de 23/05/2014, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, com utilização do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Os procedimentos administrativos internos, seguem rotina normal de trabalho, com a confecção, autorização e contabilidade normal das obrigações e direitos da entidade.

Considerando a excelência dos registros contábeis e sua comprovação documental, nenhuma modificação precisa ser implantada no momento.

Estamos convictos da eficácia do sistema de controle interno nas áreas de contabilidade e Tesouraria, sendo que os testes efetuados nos registros, não apontam nenhuma deficiência.

**7 - CUMPRIMENTO DOS ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS**

A entidade obedece a vários instrumentos legais, sendo de se destacar a legislação própria da mesma, e as leis municipais, estaduais e federais, relativas às entidades públicas.

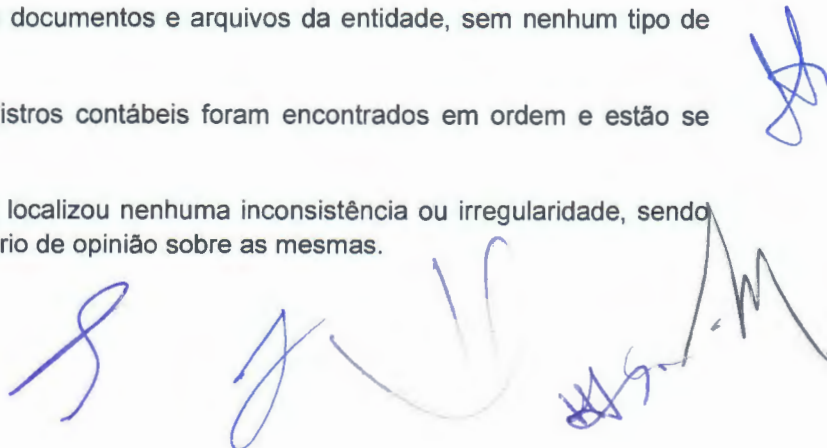
A contabilização cumpre rigorosamente o orçamento aprovado, sendo sua execução acompanhada permanentemente e mantido seus registros em perfeita ordem.

Documentação comprobatória existente nos arquivos e em demonstrações que foram solicitadas pela contratada, compreendendo balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais do período, relativas ao fluxo administrativo, contábil e operacional dos processos de trabalho.

Tivemos facilidade de acesso a todos os documentos e arquivos da entidade, sem nenhum tipo de restrição.

Os documentos que embasam seus registros contábeis foram encontrados em ordem e estão de conformidade com a legislação.

A análise geral das peças contábeis não localizou nenhuma inconsistência ou irregularidade, sendo objeto da emissão à parte do nosso relatório de opinião sobre as mesmas.



MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**8 - VERIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AO FLUXO FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO MERCADO FINANCEIRO**

Os registros contábeis são eficientes e atendem às necessidades da entidade.

Todo o fluxo financeiro é devidamente registrado, com documentos das entidades envolvidas, conferências e valores, lançamentos, etc.

Notamos alguma deficiência no processamento de dados, levando em contas as informações que os setores competentes, necessitam para tomadas de decisões imediatas.

Entendemos que a empresa contratada para a sua execução, tenha condições para melhorar o sistema de informação, inclusive no fornecimento de informações mais precisas e rápidas.

**9 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

Verificamos que todos os procedimentos contábeis, necessários e indispensáveis para o encerramento do exercício, foram tomados com a antecedência necessária, sendo que estão amparados em procedimentos e documentos hábeis.

**10 - ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS**

Foi possível observar que a entidade vem atendendo corretamente, a ordem cronológica para pagamentos de empenhos.

Desta maneira as normas em vigor, estão sendo cumpridas rigorosamente, comprovando que a entidade vem cumprindo suas obrigações.

**11 - COMPRAS – LICITAÇÕES – DISPENSAS**

A entidade tem tomado todo cuidado no cumprimento da legislação vigente, sendo que foi possível conferir todas as licitações realizadas no exercício de 2015, sendo que não constatamos nenhuma deficiência ou irregularidade.

Todos os conceitos constantes da legislação foram devidamente atendidos.

As compras de pequeno valor (dispensa) foram precedidas de processo administrativo, com consulta de preços, identificação dos interessados, documentação e outros elementos, contendo parecer dos setores competentes.

Apesar de ser um procedimento burocrático, atende aos interesses da entidade, dando segurança de que as compras precedidas de consultas de preços, estão dentro dos parâmetros praticados no mercado.

Efetuamos testes com alguns produtos adquiridos em 2015, sendo que não notamos nenhuma irregularidade, tendo sido obtido os melhores preços praticados no mercado.

**11.1 - DISPENSA**

Processo administrativo	Dispensa	Serviços
08/2015	08/2015	Serviços especializados Tec. da Informação
16/2015	14/2015	Seguro veiculo
17/2015	15/2015	Serviços especializados Tec. da informação

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES11.2 - INEXIGIBILIDADE

Processo administrativo	Processo licitatório	Modalidade	Serviço
10/2015	01/2015	Inexigibilidade	REVOGADO
12/2015	02/2015	Inexigibilidade	Serviços médicos periciais
19/2015	03/2015	Inexigibilidade	Correio

12.3 – COTAÇÃO DE PREÇOS

Processo administrativo	Cotação de preços	Produto
01/2015	01/2015	Aquisição material escritório
02/2015	02/2015	Aquisição material de limpeza
03/2015	03/2015	Aquisição envelopes timbrados
04/2015	04/2015	Aquisição açúcar e café
05/2015	05/2015	Contratação seguro predial
06/2015	06/2015	Aquisição equipamentos informática
07/2015	07/2015	Manutenção predial
09/2015	08/2015	Fornecimento de água mineral
11/2015	09/2015	Aquisição fonte p/computador
13/2015	10/2015	Aquisição de passagens aéreas
14/2015	11/2015	Aquisição carimbos
15/2015	12/2015	Reatores e lâmpadas
18/2015	14/2015	Confecção carimbos
20/2015	15/2015	Confecção capas processo
21/2015	16/2015	Aquisição passagens aéreas
22/2015	17/2015	Manutenção motores
23/2015	18/2015	Aquisição bandeiras
24/2015	19/2015	Reforma toldos
25/2015	20/2015	Limpeza caixa de água
26/2015	21/2015	Placa luminosa
27/2015	22/2015	Revogado
28/2015	23/2015	Renovação vistoria corpo de bombeiros e recarga extintores
29/2015	24/2015	Manutenção luminárias

12 - LIVROS E REGISTROS

Efetuamos diversos testes por amostragem, quando foi possível verificar que os investimentos estão sendo corretamente contabilizados, nos livros exigidos pela legislação, comparativamente com os documentos hábeis fornecidos pela instituição financeira.

No final de cada mês e também no final do exercício de 2015, foi procedida a conciliação de contas, as quais estão em ordem e constam dos relatórios emitidos e assinados pelo departamento competente.

Todos os investimentos realizados no exercício, independentemente de sua natureza, foram devidamente registrados no Balanço Patrimonial.



MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**13 - DEPRECIAÇÃO – ATUALIZAÇÃO PATRIMONIAL – LEVANTAMENTO**

Ao longo do exercício de 2015 a entidade não efetuou depreciação de seus bens moveis, cujo resultado pouco representa, face ao seu pequeno valor patrimonial.

**14 - DOCUMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

Todos os documentos que compõem a base dos investimentos estão arquivados em boa ordem e fáceis de serem consultados.

Os valores constantes dos diversos documentos, foram devidamente contabilizados nas contas correspondentes.

**15 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS**

Revisamos por amostragem, os procedimentos adotados para a concessão de aposentadoria, em suas várias modalidades (tempo de contribuição, compulsória, invalidez, idade, etc.)

Foi possível comprovar que a entidade tem tomado todo o cuidado, para elaborar processo administrativo, contendo toda a documentação exigida pela legislação, além de parecer técnicos e jurídicos.

O processo é iniciado com o pedido, devidamente protocolado no órgão, em seguida autuado e numerado, passando a receber todos os documentos necessários.

Após a concessão do benefício os documentos são encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado, para a devida homologação.

Os nossos exames não detectaram nenhuma irregularidade ou ilegalidade, ou falta de documento ou parecer.

Todo o processo adotado é muito bem elaborado e devidamente arquivado para consultas e conferências.

**16 – ATUALIZAÇÃO CADASTRAL**

A entidade vem mantendo rigoroso controle cadastral dos aposentados e pensionistas, com atualização cadastral periódica, e também quando necessitam de algum atendimento.

Entendemos que os cadastros dos servidores aposentados e dos pensionistas, estão atualizados e conferidos, conforme consta dos arquivos internos

**17 – BANCOS CONTA MOVIMENTO**

Instituição Bancária	Saldo em 31/12/2015
Banco do Brasil S/A – C/C –	38,50
<b>Total</b>	<b>38,50</b>

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**18 - INVESTIMENTOS**

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2015
BANCO DO BRASIL S/A – conta 20242-8	51.790.750,44
BANCO DO BRASIL S/A – C/ 66360-3 - PROJETO PREPARE-SE	119,94
BANCO SANTANDER BRASIL S/A- conta 2-4	5.838.366,64
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 440-5	114.677.474,25
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 669-6 - COMPREV	8.362.511,35
CAIXA ECONOMICA FEDERAL conta 3360-9 - FUNDO GERAÇÃO FI AÇÕES	1.509.376,81
BANCO BRADESCO S/A – conta 45100-2	39.289.105,15
BANCO BRADESCO – conta 2932-7 - GERACAO FUTURO GF DIVIDENDOS FIA S/A	2.314.206,88
BANCO BRADESCO S/A – conta 586280-9 - XP INVESTOR FIA	1.345.864,94
BANCO BRADESCO S/A – conta 3332-4 – FUNDO GF JURO REAL	643.187,48
BANCO BRADESCO – conta 2930-0 - FUNDO GERAÇÃO FUTURO SELEÇÃO FI AÇÕES	1.557.272,67
BANCO BRADESCO S/A – C/ 651919-9 - XP DIVIDENDOS FIA	968.933,74
BANCO SAFRA S/A – CONTA 5657-4	5.424.760,50
BANCO CITIBANK – Conta 3484559-3 - FUNDO WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MUL	7.491.021,64
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>241.212.952,43</b>
(-) PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS	3.500.000,00
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS NO BALANÇO</b>	<b>237.712.952,43</b>

**19 - BENS PATRIMONIAIS**

No exercício de 2015, foi incorporado o imóvel da matrícula nº 90.743, 2º ORI, localizado no Município, conforme Lei Complementar nº 483 de 28 de setembro de 2015, pelo valor de R\$-6.857.191,72.

Os imóveis existentes em 31 de dezembro de 2014, correspondentes às Matrículas 45.661, 66.674 e 15.160 2º ORI, foram reavaliados conforme determina a legislação vigente, conforme mencionado no quadro abaixo.

Tipo de Bem	Valor em 31/12/2014	Reavaliação no exercício	Valor Incorporado neste exercício	Valor final 2015
IMÓVEIS	35.611.139,89	5.911.644,24	6.857.191,72	48.379.975,85
MÓVEIS	370.227,46			370.227,46

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**20 – PROVISÕES A LONGO PRAZO**

R\$. 248.531.412,36 constante da presente conta, trata-se do resultado das Provisões a Longo Prazo, cujos índices são obtidos por meio da avaliação atuarial anual.

Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios Recebidos	646.499.063,17
Aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos do Plano Previdenciário	683.379.257,35
Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário	(20.651.082,33)
Contribuições dos Pensionistas para o Plano Previdenciário	(1.481.857,36)
Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário	(8.747.254,49)
Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder	642.720.091,27
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a conceder do Plano Previdenciário	1.106.214.213,87
Contribuições do Ente para o Plano de Previdência	(280.852.685,80)
Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário	(158.481.894,86)
Compensação Previdenciária do Plano previdenciário	(14.159.541,94)
Plano Previdenciário – Plano de Amortização	(1.040.687.742,08)
<b>SALDO</b>	<b>248.531.412,36</b>

**21 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO**

O valor de R\$. 18.716.491,23 constante da presente conta, trata-se do saldo das obrigações da autarquia em quitar as contribuições suplementares futuras, por conta do adiantamento oferecido pelo Ente Municipal através da transferência dos imóveis constantes na conta de Investimentos no valor de R\$. 48.379.975,85, tudo em conformidade com a Lei Complementar 396 de 22/11/2013, e Lei Complementar nº 483 de 28/11/2015.

**22 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS**

R\$-120.424,47 correspondente às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais em 31 de dezembro de 2015, cujos valores são devidos a partir de janeiro de 2016.

Testes efetuados nas diversas contas, comprovam que não existe nenhum valor vencido e pendente de pagamento.

**23 - FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR, OUTRAS OBRIGAÇÕES**

R\$ - 18.661,75 – Representa o crédito de fornecedores diversos e outras obrigações, cujo vencimento se dará no exercício de 2016.

Testes efetuados nas contas, comprovam que inexistente qualquer compromisso vencido e pendente de pagamento.

**24 – RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O valor de R\$. 18.340.758,99 constante da presente conta é o resultado obtido no exercício, conforme consta do demonstrativo próprio.

**25 - RECEITAS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA**

As receitas são creditadas em conta bancária própria, e foram aplicadas em Fundo de Investimento vinculado, para utilização futura do pagamento de benefícios, de acordo como que determina o artigo 21, parágrafo único da ON SP/MPS 02/09, no exercício de 2015 totalizaram R\$. 782.999,36.

**26 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Os gastos administrativos foram limitados a 2% do valor total das remunerações dos servidores ativos, proventos dos inativos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativos ao exercício anterior ao examinado, conforme Portaria MPS nº 183/2006, artigo 2º.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES

BASE	2012	2013	2014	2015
Remuneração	202.983.052,41	255.948.444,41	297.149.143,43	342.268.190,64
Despesas administrativas	1.888.163,96	2.182.292,22	3.298.672,44	3.625.127,68
Percentual	0,93%	0,85%	1,11%	1,06%

**27 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE**

Os valores retidos na fonte, correspondente ao imposto de renda sobre vencimentos, serviços e outros, são recolhidos mensalmente aos cofres do município, atendendo normas da Constituição Federal, artigo 158:

Durante o exercício de 2015 os valores repassados ao Tesouro Municipal atingiram ao montante de R\$-6.253.881,46.

**28 - PASEP**

O valor do PASEP calculado na forma da legislação vigente, é recolhido mensalmente à Secretaria da Receita Federal, sendo que todos os valores devidos foram recolhidos nos prazos fixados em lei, inexistindo qualquer tipo de pendência.

Durante o exercício de 2015 os valores recolhidos ao PASEP totalizaram R\$. 916.989,32.

**MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC 1PR 003364/O-0 S/SP**  
**ALFEU DE MELO**  
**CT CRC 1PR 003992/O-0 S/SP**